



**ACÓRDÃO Nº345/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11440/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Jucilei da Silva Maximiano - Presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1800/2022-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Jucilei da Silva Maximiano**, responsável pela Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, no curso do exercício 2020, nos termos do art. 22, III, c/c art. 25 da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Jucilei da Silva Maximiano**, responsável pela Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2020, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM),



**ACÓRDÃO Nº345/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcance ao Sr. Jurgiley da Silva Maximiano,** responsável pela Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2020, no valor de **R\$ 362.728,78** (trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, mencionado no relatório voto, na esfera municipal para o órgão Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.4. Dar ciência ao Sr. Jurgiley da Silva Maximiano,** responsável pela Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2020 e demais interessados, desta decisão;
- 10.5. Arquivar** o presente processo por cumprimento de decisão.



**ACÓRDÃO Nº345/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 7 de Março de 2023.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral